



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios [AT]

---

#### **AGRICULTURAS (PERI)URBANAS: DIMENSÕES E ESPAÇOS A PARTIR DA CIDADE**

---

---

SOUSA, Leonardo Veronez

Doutorando em Sociologia

Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

[lveronez@hotmail.com](mailto:lveronez@hotmail.com)

---



#### Resumo

O tema das agriculturas periurbanas (APU's) tem ganhado atenção global em diversas áreas académicas ao longo das duas últimas décadas, bem como tem sido alvo de políticas públicas em diversos temas. Nestes estudos, essas dimensões são quase em sua totalidade a volta das características da produção e da sua finalidade, consoante os contextos das cidades. Em outros tantos casos, sob formas de produção coletiva, as APU's podem ser percebidas como associativas, em alguma medida dissociadas das premissas mobilizadoras de pessoas que partilham ideias e interesses comuns, por um lado; por outro, distantes de uma forma cooperada de produção. Esse artigo pretende trabalhar algumas experiências de Lisboa e Maputo no que toca as produções coletivas periurbanas, numa análise inserida nas diferentes concepções de espaço urbano, sem desprezar as dimensões envolvidas e as pessoas que praticam tal atividade.

#### Abstract

The theme of the periurban agriculture (UPA's) has gained global attention in various academic areas over the past two decades and has been the target of public policies on various topics. In these studies these dimensions are almost entirely around the production characteristics and purpose, depending on the contexts of cities. In many other cases the forms of collective production may be perceived by associative forms to some extent decoupled from mobilizing assumptions of people who share ideas and common interests, on the one hand and on the other, distant a cooperative form of production. This article intends to work some experiences in Lisbon and Maputo as regards periurban collective productions in an analysis inserted in different conceptions of urban space, without neglecting the dimensions involved and the people who practice this activity.

Palavras-chave: associativismo, espaço periurbano, produção coletiva de agricultura periurbana.

Keywords: associations, peri-urban space, collective production of peri-urban agriculture.



## 1. Introdução

A agricultura urbana é um tema da atualidade e distanciada de uma reinvenção das formas rurais de produção agrícola na cidade. E, por isso, traz consigo características específicas de meios e formas de produção, condicionadas ao espaço (peri)urbano, distanciando-se de uma forma tradicional de agricultura.

Essas experiências remetem à uma análise mais complexa do que a reabilitação de valores produtivos ou socioeconómicos. Percebem-se situações que derivam de vários outros tipos de relações sociais e do espaço ocupado, também influenciadas pelo dinamismo das questões em ambiente urbano.

Ao alargarmos o tema, encontramos uma pluralidade de significados condizentes aos contextos aos quais emergem, sem a perda dos fatores disponíveis (e ausentes) na cidade. Por seu turno, guardam influências de grandezas políticas, socioeconómicas, ecológicas e culturais. Optamos, portanto, de chama-las de agriculturas (peri)urbanas (APU's) numa tentativa de não delimitar a experiência por preconceitos epistémicos.

As agriculturas urbanas possuem incentivos de diferentes origens mas convergentes na pluralidade das suas formas de ocupação e uso do espaço urbano. São o resultado de diversas perceções das necessidades da sociedade e fatores políticos que ganham o contorno dos temas a que estão baseadas, por meio da segurança e soberania alimentar, fomento as áreas verdes, formas de organização da sociedade civil etc. (Luiz e Veronez, 2012:06).

A exemplo das discussões que ocorreram no VI encontro da UN-HABITAT, uma outra vertente perpassa ao contexto local e extrapola as dimensões das agriculturas (peri)urbanas locais até alcançar fóruns regionais e até mesmo globais. São necessidades, discussões e experiências orientadas por uma perceção alargada, em termos das suas grandezas de atuação, quando influenciadas e influentes em temas como segurança alimentar, “direito a alimentos”, alterações climáticas, dentre outros.

As políticas públicas locais podem ser percebidas, assim e consoante às suas intervenções, por uma estrutura analítica suficientemente forte quando as agriculturas (peri)urbanas transformam-se num instrumento de discussão geral. Discussões a volta de temas como áreas verdes, que podem ou não abranger as agriculturas, discorrem sobre espaços de atuação onde o local faz parte de um espectro partilhado por outros espaços locais.

Nesse sentido, os constrangimentos também são dependentes dos seus contextos e parecem alinhavados, mesmo sem intenções pré-definidas, às perceções partilhadas quer pelos agentes políticos, quer pela sociedade civil. De forma geral, para além das características culturais de produção hortícola, as agriculturas (peri)urbanas são condicionadas pelo território, bem como desenvolvem-se, transferem-se ou retraem-se na mesma proporção em que a cidade define e ocupa o seu espaço. (Sousa, 2013a).

Para se encontrar um ponto de partida para uma definição que considere as grandezas supracitadas, nos valem da adaptação às conceções desenvolvidas por Zeeuw et al. (2007) quando identifica as iterações daquelas grandezas que extrapolam uma mera reprodução de uma forma de produção agrícola rural na cidade.

Onde a produção decorre é também importante, como nos demonstra Biel e Cabannes (2009) ao destacarem as invisibilidades que as chamadas “best practices” podem criar ao subjugar o histórico de experiências que precedem a discussão do tema. Noutras palavras, a influência de elementos do espaço urbano são conjugados com os aspetos: tipo de terreno utilizado e origem da sua propriedade; destino da produção; escala de produção; e o mais importante deles a conexão do sistema de APU'S com o espaço urbano. (Luiz e Veronez, 2012).

Para além disso, as pessoas devem ser postas em qualquer discussão a volta do tema das APU's pois são elas que qualificam e representam, também, um tipo de produção temporal. Sem classificar a temporalidade das pessoas, dificilmente se chega a uma análise condigna entre elementos produtivos e a relação espaço-tempo da produção e das pessoas afetadas. (Lefebvre, 2008).

Portanto, as relações socioeconómicas, existentes e vindouras, sofrem diferentes processos de reconhecimento e de pertença, na medida em que são parte dos movimentos históricos daquele espaço. São dinâmicas por serem o resultado da interação de uma perspectiva política e social, contemporâneas, por meio de uma negociação política ou apenas uma forma de reconhecimento sociopolítico de uma atividade inata àquele contexto. (Cole et al., 2008, Praian et al., 2002-2006).

Então, uma possível combinação analítica dos elementos condicionantes aqui propostos faz da APU'S um dos epicentros de um processo de recodificação do seu significado, onde o carácter interpessoal das experiências proporciona modos de produção e de relações sociais que a concebem como uma experiência auto contextualizada e fundada nos seus paradigmas urbanos, económicos e políticos. (Sousa, 2013a).

O debate a volta das temáticas de cidade produtiva e cidade ecológica são fortemente influenciados pelos contextos recentes, e os históricos, dos espaços urbanos. Entretanto, e a partir da centralidade da sociedade civil nestas experiências, acredita-se que o cenário regional, local e global também retroalimentam a percepção de todos os agentes envolvidos. Essas inter-relações, de diferentes escalas e saberes, são contundentes aos cenários supracitados, onde as agriculturas urbanas condicionam-se às realidades partilhadas e próprias as cidades.

O que defini algumas das experiências de agricultura (peri)urbana como produtiva ou ecológica pode ser percebido pela congruência dos interesses da sociedade civil. Em especial, pelos seus atores diretos impulsionados ou impactos pelas políticas públicas locais e alinhavados com a sua percepção de cidade, dentro da sua própria escala de espaço urbano e também como parte de um percepção espacial alargada das outras esferas espaciais.

Quase o mesmo pode ser dito das políticas públicas locais: optar ou não pela implementação de políticas públicas sob o tema das APU's está, muitas das vezes, condicionadas a estas percepções. O que as diferenciam das ações da sociedade civil são os interesses políticos dos governos locais sobre a utilização da "bandeira" das agriculturas (peri)urbanas para além da dicotomia produtiva versus ecológica.

Então, a tensão causada por esta interseção de saberes, valores e poderes constitui o ambiente onde a APU's emerge na cidade. Por meio destas experiências pode-se apreender não apenas estas tensões, mas também os seus movimentos de retração e expansão ao longo da sua história.

### **1.1 Enquadramento dos casos**

Não é de se estranhar que a agricultura apareça como um dos elementos que condicionam a intervenção humana no espaço ocupado. Na história da humanidade, a agricultura aparece, para além de razões alimentares, com uma das formas de pertença e uso do território, condicionadas à sua origem e à um dispositivo de interação entre pessoas num conjunto de características culturais, económicas e sociais.

Assim, a APU emerge de uma abordagem essencial para se compreender tal fenómeno: a congruência, em um local transformado, de pessoas que possuem percepções individuais, mecanismos de sentimentos de pertença e os elementos naturais, humanos e não-humanos, preexistentes numa intensa troca de valores que condicionam suas ações. (Armiero, 2008).

A percepção das agriculturas (peri)urbanas como um fenómeno emergente do espaço urbano, consoante as características da cidade, estão intimamente ligadas à forma de organização social daquele espaço. Os indivíduos organizados num modelo de cidade, em qualquer escala e sob diferentes modelos, oferecem um eixo de análise que põe em discussão a centralidade do poder local com uma entidade que age e reage, em maior ou menor escala, à sociedade.

Quando se toma em linha conta algumas experiências recentes, esta abordagem ganha uma maior dimensão de análise, posto a complexidade de possibilidades que sugerem. Os temas da segurança alimentar, políticas de áreas verdes, aspetos culturais e tradicionais são alguns dos exemplos. Por seu turno, algumas dessas experiências, em diferentes espaços globais, mostram como as agriculturas (peri)urbanas escapam aos reducionismos teóricos e simplistas; parecem estar interlaçadas por ideários partilhados: em ambientes de crise política com impactos sociais, como as observadas em algumas cidades da África subsaariana.

Pela força de políticas públicas em grandes cidades, como em Moscovo, Toronto e São Paulo, bem como por outros espaços sob a forma de incentivos ao mercado de trabalho e ao abastecimento agrícola da cidade, Barcelona e Havana, respetivamente. As agriculturas (peri)urbanas mostram-se como os elos de integração entre as diferentes esferas sócio espaciais (Luiz e Veronez, 2012; Sánchez, 2005).

Sob outro ponto de vista, o espacial, as APU's também podem representar um instrumento de resistência social ao avanço do modelo urbano de cidade. Casos onde a expansão habitacional alcança territórios até então percebidos com rurais, quer pela sua geografia, quer pela forma de ocupação, constituem uma abordagem ampla a percepção do seu significado dentro e a partir da cidade.

Uma simples alteração formal dos limites de uma cidade ou uma intervenção urbanística num território onde as práticas não urbanas estão presentes, representam este fenómeno onde o "urbano" torna-se apenas um adjetivo àquela atividade. No entanto, o que caracteriza este tipo de experiência como algo (peri)urbano também se dá interseção da política pública local com as diferentes ações e reações da sociedade face a este novo espaço construído.

Por outro lado, as APU's podem emergir de um processo cultural e social apoiado em valores partilhados pela sociedade. Nesses casos, onde tais experiências são fenómenos culturais e social galgados numa percepção do espaço e numa reclamação dos seus direitos à cidade, uma política pública pode favorecer a sua expansão ou retrain o seu desenvolvimento por força política.

## **2. O caso de Lisboa**

De acordo com o que abordamos nas secções anteriores, classificar e identificar uma experiência de APU é um trabalho intimamente ligado ao contexto em análise, sem desprezar as pessoas que à praticam. Assim, as APU's podem estar contidas em experiências onde, por um lado, parecem inseridas numa grupo de situações que reagem aos elementos culturais e aos novos sentidos de pertença a cidade; e, por outro, como emergente numa política pública local sob diversos "disfarces" que a põem para fora das questões de produção e pertença.

Em Lisboa nota-se, em coexistência com a escala de cultivo de hortas domiciliárias, a emergência de casos onde parcelas da sociedade organizada promoveram uma forma de produção coletiva numa expectativa cívica e de bem-estar, para além de uma dimensão alimentar. E também há casos onde a agricultura urbana é um elemento de pertença de um grupo de pessoas, quer sob a forma produtiva, quer sob processos de ocupação do território ligados à conformação do espaço habitacional circunscritos na questão da regularização fundiária. (Luiz e Veronez, 2012:07).

As APU's em Portugal estão ligadas ao seu histórico embora esta nomenclatura seja recente, consoante a expansão do tema no mundo. Nas cidades portuguesas facilmente se encontra registos históricos, cartográficos e fotográficos de experiências agrícolas nos contextos urbanos e periurbanos.

Nomeadamente, após a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia é possível identificar algumas destas experiências em Lisboa e no Porto, bem como nas suas zonas metropolitanas. Há de se referir, contudo, que o rompimento do período salazarista em 1974, quando Portugal perde uma importante componente de importação agrícola vinda das suas colónias em África contribui sensivelmente para a expansão deste fenómeno.

No mesmo momento, também é possível observar o aumento da densidade demográfica nas cidades advinda em grande parte da migração rural da população nacional. Essa população imigrante trouxe consigo seus hábitos e costumes para as cidades, costumes estes fortemente ligados à exploração agrícola. Na mesma medida, na Grande Lisboa, até os dias, é possível notar uma grande área de exploração agrícola pautada em práticas e técnicas rurais de produção. (Luiz e Veronez, 2012).

Em Portugal, as APU's ganham uma dimensão de espaços de convívio e bem-estar, de alguma forma alinhavadas por uma "ruralidade" no espaço urbano. As principais características são a criação de espaços de convívio; acesso a alimentos mais saudáveis; espaços verdes nas cidades; reabilitação de terrenos baldios etc.

Nota-se também elementos económicos que sugerem benefícios pela redução das despesas familiares com alimentação e pelo comércio da produção.

Nos últimos cinco anos muitas Camaras portuguesas têm expandido intervenções políticas de áreas verdes sob o tema das agriculturas (peri)urbanas. De maneira geral, essas políticas consistem em requalificar espaços onde já havia produções agrícolas espontâneas e a criação de outros espaços, sempre numa perspectiva de “horta comunitária”.

A Camara Municipal de Lisboa (CML) criou, em cinco anos, oito hortas camarárias em diversas zonas da cidade, de maneira que, hoje, é possível encontrar algumas delas com dimensões significativas em produção, de 04 a 07 hectares de terra. Em outras situações a CML, nomeadamente algumas formas de produção espontâneas, desqualificou tais experiências e até mesmo as retirou quando o terreno ocupado era público.

Antes de avançarmos, vale salientar a componente política que a criação e a expansão das APU's pode adotar quando está enviesada por interesses outros que não o simples desenvolvimento da prática. Isso pôde ser observado em Lisboa e no Porto, quando as suas respectivas Camaras desalojaram experiências datadas de mais de 04 anos para dar lugar a parques, jardins ou simplesmente desocupar o terreno.

Tão plurais quanto as práticas são as motivações. Em Lisboa, para além das hortas camarárias, encontram-se outras experiências em espaços privados mas abertos ao público, como é o caso do Museu do Traje. E também movimentos organizados da sociedade civil que se valeram de espaços públicos para reivindicarem a prática da agricultura em território urbano.

As motivações, embora muito pautadas num ideário de convívio e bem-estar, também constituem uma pluralidade de situações. No caso das hortas camarárias, não poderia ser diferente pois lá estão pessoas de diferentes origens geográficas e socioeconómicas, com interesses e motivações consoantes às suas vidas e necessidades. O caso da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL) é particular pois advém de um situação onde os moradores daquela zona, a Alta de Lisboa, uniram-se na reivindicação do uso de um terreno público para a criação de um parque agrícola.

Deve-se referir, entretanto, que a Alta de Lisboa é uma zona de requalificação urbana. A CML estabeleceu uma parceira público-privada com um consórcio de empreiteiras, a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa (SGAL), a fim de requalificar aquela zona. A SGAL teria o terreno disponível para a construção de condomínios a serem vendidos no mercado (venda livre) na contrapartida de se criar habitações sociais para realojar os moradores da zona que viviam em barracas. O processo finalizou-se em 2008.

A AVAAL nasceu em 2009 pela associação de moradores da região da Alta de Lisboa. O projeto consiste numa proposta de requalificação de uma área em desuso num parque agrícola, a ser desfrutado por qualquer pessoa que deseje participar. Dentre as características deste caso destacam-se o facto de uma iniciativa que surgiu no seio comunitário e se transformar numa política pública na cidade de Lisboa. Para além das motivações iniciais da AVAAL, que incluem interesses que vão da promoção de áreas verdes até o fomento da comercialização da produção, merece destaque a articulação entre o poder público e a comunidade em prol de um objeto comum. Por um lado, os membros da AVAAL abrem um caminho legal para uma intervenção socioeconómica, pois as suas atividades também abrangem cursos de formação, por exemplo. Por outro, aquele projecto pode ser conveniente ao poder público local, pois está de acordo com algumas correntes de requalificação ambiental em cidades, numa forma de participação tutelada da sociedade. (Luiz e Veronez, 2012:10).

Coincidência ou não, foi a partir de 2009 que CML iniciou o seu projeto de criação de hortas camarárias. Ou seja, AVAAL deu início a um processo de formalização institucional de uma prática até então ignorada pelos poderes locais. Este “salto” político, por assim dizer, representa a maneira pela qual o poder local pode ser influenciado pelos desejos e necessidades das pessoas.

Neste momento o parque agrícola da AVAAL encontra-se em fase de construção. Fora necessários cinco anos para que os poderes locais e SGAL levassem a cabo a execução do projeto. E espera-se, com isto, que cerca de 130 pessoas e suas famílias sejam beneficiadas pela produção agrícola naquele parque.



As pessoas a terem talhão foram selecionadas de maneira a guardar alguns critérios identificados pelos associados como relevantes naquele processo. A dizer: respeitar a proporção de moradores da Alta – 50% de venda livre, 50% habitações sociais; pessoas e famílias em situação socioeconómica mais carenciada têm preferência na lista de espera; incluir pessoas que desejam uma produção de subsistência, como alternativa ocupacional e também outros que desejam vender e, assim, gerar pequenos comércios locais.

### **3. O caso de Maputo**

Em Maputo, as experiências de APU estão intimamente ligadas ao espaço urbano e periurbano, ao desenvolvimento e a expansão da cidade em termos geográficos, demográficos e habitacionais. Por seu turno, também estão ligadas às atividades que compõem o cenário económico urbano, sem a perda da sua historicidade territorial.

A cidade colonial demarca uma importante alteração nas relações socioeconómicas pré-existentes – relações familiares e co-parentais com um dos seus pilares a agricultura. Criaram-se estruturas relacionais não mais exclusivamente agrícolas, num contexto onde as unidades familiares (domiciliares) ganham maior expressão ao distanciar-se de um modo produtivo de subsistência em relação ao espaço ocupado: local de trabalho, local de habitação (Baia 2009, 2004).

Nesse sentido, a cidade é tomada como um espaço de (Baia, 2004:24):

[...] transição entre a ordem próxima - relações de imediaticidade, relações diretas entre pessoas e grupos que se compõem a sociedade (famílias, grupos organizados, profissões e corporações etc.) relações com o campo circundante - e uma ordem distante, aquela da "sociedade tomada no seu conjunto" - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, dentre elas as contradições entre o poder político e os grupos diversos os quais se encontram certa afinidade comum dentro do Estado.

Após a independência de Moçambique nota-se algumas novas questões de grandezas sociais e económicas que são postas à toda população moçambicana. São essas: a criação de agregados domiciliares, onde convivem numa unidade habitacional de várias famílias ou numa convivência por afinidade e sobrevivência; reocupação das cidades pela população nacional; limitações no cultivo e acesso a alimentos agrícolas etc.

Em termos da cidade de Maputo há de se referir a requalificação das zonas rurais no entorno da cidade, quando zonas outrora rurais “transformam-se” em zonas suburbanas e periurbanas. Nomeadamente nessas últimas, de maior expressão agrícola, a agricultura manteve-se no centro das atividades voltadas para as formas de subsistência e de se auferir rendimentos mas de alguma maneira distanciadas de um modelo de cidade ocidental por não reproduzir as formas de uso e ocupação do território e conectadas pelo lado económico da agricultura ao centro urbano. (Baia, 2009).

Chega-se, portanto, a um cenário onde diferentes formas de ocupação do território coexistem sob o epíteto de cidade. As zonas periurbanas podem ser tomadas como representativas dessa pluralidade de espaços dentro de uma cidade quando, ao mesmo tempo, guarda experiências de produção agrícola e é alvo do avanço habitacional da cidade.

As atividades agrícolas surgem na zona periurbana de Maputo como uma atividade derivada de aspetos históricos, culturais, políticos e socioeconómicos. Nos primeiros anos do período pós-independência, momento em que redefine-se o que é o espaço urbano e cria-se os rótulos desta abordagem, a produção agrícola daquela região é incentivada como modelo de subsistência, de nicho de produção para o abastecimento da cidade e, também, pela formação de associações de produtores agrícolas.

Estas associações são de facto associações de pessoas e não podem ser tomadas como de produção nos moldes de abordagem clássica da economia. Os seus objetivos estão centrados na resolução de temas internos aos associados bem como outros fatores ligados a atividade como regularização fundiária, título de uso da terra etc. Os associados possuem total liberdade na decisão do plantio e como plantar, na sua comercialização, sendo seu dever pagar uma quota à associação. (Chicamisse, 2005).

No entanto, faz-se necessário destacar um outro papel político das associações agrícolas naquele período, para além de um instrumento contra as explorações no trabalho e nas relações de género e classe. Em algum medida também representaram um mecanismo de transmissão de poder central do Estado nas divisões económicas e políticas em matéria da agricultura (peri)urbana – “as decisões dos membros [...] estavam submetidas aos controlos do Estado, às regulações e ao plano político socialista” (White e Manghezi, 1982 apud Croll, 1979).

Neste contexto, as instituições entrepostas aos agricultores associados e ao Estado, como o caso do Gabinete das Zonas Verdes, assumem um papel de controlo e ganho de poder, frente aos associados, como uma manobra política de gestão da produção agrícola (Mosca, 2008).

O movimento associado nas agriculturas periurbanas de Maputo surge como resposta a estas questões políticas e económicas criadas pelo controlo do Estado. É nesse momento que as associações de pessoas transladam de um agrupamento de indivíduos e orientam-se para uma forma de produção que trata-lhes a produção de uma forma coletiva e em prol dos seus interesses. A União Geral de Cooperativas de Maputo, formalizada em 1980, representa um bom exemplo desta prática.

Todavia, seria ingênuo falar da construção de um bem comum quando os laços aos quais as cooperativas estão atadas são de natureza afetiva ou familiar. Não se pode trazer para este escopo de análise a abordagem clássica da economia que trata de uma produção coletiva como um elemento construído pela solidariedade, em alguns casos, pelas convergências de interesses. (Sousa, 2013b:8).

As associações de APU derivam de um cenário multifacetado e com vários fatores influentes nas suas conceções, expansão e desaparecimento. Pelo lado do território, coexistem com o avanço habitacional da cidade e com o aumento na especulação fundiária. Pelo lado económico, embora tenham-se criado com uma importante matriz produtiva para o fornecimento de alimentos frescos a cidade estão sob forte concorrência de produtos importados. Pelo lado social, que está conectado com o económico, são as formas pelas quais a maioria das pessoas encontra meio de subsistência e de auferir rendimentos.

Então, a natureza das experiências em Maputo guarda a pluralidade expectável num cenário urbano de grande diversidade populacional, de formas de ocupação do território e condicionantes socioeconómicas. Sem distanciar-se de uma forma produtiva, a APU mantém-se como um fenómeno intimamente ligado à cidade e, por seu turno, dependente das componentes que a define enquanto espaço periurbano.

#### **4. Comentários Finais**

O alargamento do tema das agriculturas urbanas carece estar contextualizado para que se possa, de uma maneira mais fidedigna ao território, identificar quais as suas possíveis formas dentro do espaço urbano. As cidades que as recebem influenciam fortemente a sua expansão ou não, a sua finalidade, os alimentos produzidos e os espaços que ocupam.

Em Lisboa, para além das hortas camarárias, existem mais outros tantos casos que só se tornam visíveis quando o observador afasta-se das preconcepções que delimitam as APU's como experiências tipicamente de segurança alimentar ou de comércio ou de subsistência etc.

A AVAAL, pela sua natureza, constitui um excelente caso de estudo por compreender em sua estrutura as componentes políticas (ou de se fazer política) com a componente social, pois representa um grupo de pessoas que, organizadas, criaram um espaço de agricultura periurbana em paralelo às hortas municipais. Para o início do funcionamento do parque agrícola espera-se a confirmação ou não de algumas destas observações, bem como o surgimento de mais questões. Ou seja, a pluralidade das APU's são mais dinâmicas do que as apreciações académicas e científicas.

Em Maputo, a APU é mais uma atividade económica da cidade. A maneira pela qual os mercados são abastecidos de produtos frescos, os territórios periurbanos (também) é ocupada, a fonte de subsistência de um grande número de pessoas e agregados familiares. Em suma, um fenómeno condicionante e condicionado pelo espaço que ocupa e também pelo centro urbano.

Portanto, corrobora-se aqui a proposição de a APU é um fenómeno contextual às cidades, pela qual deve ser observada consoante aos cenários urbanos, suburbanos e periurbanos. Na mesma medida em que devem ser considerados as características socioeconómicas das pessoas envolvidas na prática sem distancia-las da cidade.

## Referências bibliográficas

- Armiero, Marco. 2008. Seeing like a protester: nature, power and environmental struggles. *Left History*, 13, 59-76.
- Baia, Alexandre Hilário M (2009). Os conteúdos da urbanização em Moçambique. Considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Dissertação de Doutoramento em Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Baia, Alexandre Hilário M (2004). Ruralidades na cidade Nampula: exercício teórico para uma crítica a Cidade. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo
- Biel, Robert, Cabannes, Yvez. 2009. Urban agriculture – the current situation and some pointers to the way forward. in: London: DPU News, 51.
- Chicamisse, Francisco A Z (2005). Agricultura (peri)urbana no Sector Familiar Associativo do Distrito Urbano nº5 da Cidade de Maputo. Dissertação de Licenciatura em Geografia. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Cole, Donald, Lee-Smith, Diana, Nasinyama, George (eds) 2008. *Healthy city harvest: Generation evidence to guide policy on urban agriculture*. Lima: CIP/Urban Harvest and Makerere University Press.
- Lefebvre, Henri 2008. *A Revolução Urbana*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 176 p.
- Luiz, Juliana, Veronez, Leonardo 2012. Os Espaços das agriculturas urbanas na Grande Lisboa: trajetórias transversais a cidade. VII Congresso Português de Sociologia, 19 a 22 de Junho. Porto.
- Mosca, João (2008). Agricultura de Moçambique: Pós-Independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonial. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 21(III): 47-66.
- Praian, Gordon, Karanja, Nancy, Lee-Smith, Diana (eds.) 2002-2006. *African Urban Harvest: Agriculture in and around African cities*. Ottawa: IDRC & International Potato Center.
- Sánchez, Héctor. A. 2005. La agricultura urbana en las ciudades Y su periferia: un enfoque desde la geografía, *Investigaciones Geográficas*, 53, Abril, 98-121.
- Sousa, Leonardo V. 2013a. Urban Agricultures in Maputo: Other Forms of Production. *CES Contexto*, Rethinking urban inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions, 02, 257-268.
- Sousa, Leonardo V. 2013b. Agriculturas urbanas em Maputo: suas dimensões e o espaço urbano. 2º Seminário Internacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. 24-25 de Outubro.
- White, Christine Pelzer, Manghezi, Alpheus (1982). *The role of cooperative agriculture in transformation labour relations and gender relations: Experiences from Green Zone, Maputo, Mozambique*. Maputo, Manuscrito.
- Zeeuw, Henk, Dubbeling, Marielle, Van Veenhuizen, René, Wilbers, Joanna 2007. Key Issues and Courses of Action for Municipal Policy Making on Urban Agriculture. Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security, Working Papers 2, <http://www.ruaf.org/node/2292>